

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta:	OE202310/0830
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal para Cargos de Direção
Estado:	Ativa
Nível Orgânico:	Câmaras Municipais
Organismo:	Câmara Municipal de Seia
Regime:	Cargos não inseridos em carreiras
Cargo:	Direção Intermédia de 4º grau
Área de Actuação:	Unidade Orgânica Cultura e Património
Remuneração:	1964,94
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Conteúdo Funcional:	Exercício das competências definidas no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual, no âmbito das atribuições da unidade orgânica previstas no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Seia, bem como do estatuído no artigos 7.º e 8.º do Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau ou inferior do Município de Seia, sem prejuízo de outras que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e, eventualmente, das competências que forem delegadas, nos termos da Lei.
Habilitação Literária:	Licenciatura
Descrição da Habilitação:	Licenciatura em área adequada às atribuições e competências da Unidade Orgânica. Trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam, cumulativamente, habilitações académicas ao nível de licenciatura, no mínimo, em área considerada adequada às atribuições/competências da Unidade Orgânica e 2 (dois) anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível a habilitação referida, nos termos do estabelecido no n.º 3 do artigo 4.º e artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual, bem como no artigo 10.º do Regulamento de Cargos de Direção Intermédia do Município de Seia.
Perfil:	O(A) titular do cargo será recrutado(a) de entre candidatos com as seguintes competências comportamentais: conhecimentos especializados e experiência, liderança e gestão de pessoas, visão estratégica, planeamento e organização, decisão, orientação para a inovação e mudança, análise de informação e sentido crítico, otimização de recursos. Métodos de Seleção – Avaliação Curricular (40%) e Entrevista Pública (60%). - A Avaliação Curricular visa analisar a adequação das competências expressas pelo(a) candidato(a), no curriculum vitae, relativamente às exigências do cargo, com base na análise do respetivo currículo profissional e respetivos documentos comprovativos. - A classificação final deste método de seleção é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, e resulta da média ponderada das classificações obtidas em cada um dos fatores, de acordo com a seguinte fórmula: $AC = HA \times 30\% + VC \times 30\% + EP \times 40\%$ Em que: 1) Habilitação Académica (HA) – habilitação que corresponde a grau académico, ou a esta equiparada, e que seja devidamente comprovada, através de documento oficial da respetiva entidade. A avaliação será realizada nos seguintes termos: i. Habilitação académica exigida para o cargo a prover (licenciatura pós-bolonha) – 14 valores; ii. Habilitação académica exigida para o cargo a prover (licenciatura pré-bolonha ou mestrado integrado) – 16 valores; iii. Habilitação académica superior à exigida para o cargo a prover (mestrado pré-bolonha) – 18 valores; iv. Habilitação académica superior à exigida para o cargo a prover (doutoramento) – 20 valores. 2) Valorização Curricular (VC) – formação profissional concluída e comprovada, através de documento oficial da(s) respetiva(s) entidade(s), de ações de formação, congressos, seminários, colóquios, conferências, pós-graduações, cursos de direção, palestras e outras ações de aperfeiçoamento profissional diretamente relacionadas com a área funcional do cargo a prover. Apenas são consideradas ações/presenças comprovadas por certificado ou

diplomas que indiquem expressamente o número de horas ou de dias de duração da ação, tendo em conta exclusivamente as que foram frequentadas ou ministradas nos últimos 5 (cinco) anos. Excetuam-se os cursos de pós-graduação, especializações e MBA, com interesse específico, bem como cursos de direção, que serão considerados independentemente da data em que foram concluídos.

Sempre que do respetivo certificado não conste o número de horas de duração da formação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a sete horas e cada semana a cinco dias.

As ações de formação cujos certificados/diplomas não mencionem a data de realização da formação serão pontuadas de 0 (zero) valores.

A avaliação será realizada nos seguintes termos:

- i. Sem formação profissional no âmbito do cargo a prover – 8 valores;
- ii. Participação em formação profissional de relevante interesse para o cargo a prover com duração inferior a 100 horas – 12 valores;
- iii. Participação e conclusão com aproveitamento de formação profissional especializada/pós-graduação/MBA fora do âmbito do cargo a prover – 13 valores;
- iv. Participação em formação profissional de relevante interesse para o cargo a prover com duração entre 101 e 150 horas – 14 valores;
- v. Participação em formação profissional de relevante interesse para o cargo a prover com duração entre 151 e 200 horas – 16 valores;
- vi. Participação em formação profissional de relevante interesse para o cargo a prover com duração entre 201 e 300 horas – 18 valores;
- vii. Participação em formação profissional de relevante interesse para o cargo a prover com duração igual ou superior a 301 horas, ou participação e conclusão com aproveitamento de formação profissional especializada/pós-graduação/MBA no âmbito do cargo a prover – 20 valores;

Métodos de Selecção a Utilizar:

3) Experiência Profissional (EP) - qualificação dos candidatos para o cargo, ou seja, o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e o conteúdo funcional do cargo a prover. Será ponderado o desempenho das funções para as quais seja exigível a posse de licenciatura. Será avaliada a experiência profissional comprovada dos(as) candidatos(as), através de documento oficial das respetivas entidades, mencionando a experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias, as principais responsabilidades inerentes e o período a que se refere, dentro do prazo de candidatura, nos seguintes termos:

- i. 2 anos de comprovada experiência profissional em funções/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura – 10 valores;
- ii. De 3 até 5 anos de comprovada experiência profissional em funções/cargos/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura – 12 valores;
- iii. Mais de 5 anos de comprovada experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura – 13 valores
- iv. Até 4 anos de comprovada experiência profissional em cargo de direção intermédia de 2.º ou 3.º grau fora da área do cargo a prover, ou até 2 anos de comprovada experiência profissional em cargo de direção intermédia de 2º ou 3º grau dentro da área do cargo a prover – 14 valores;
- v. Mais de 4 anos de comprovada experiência profissional em cargo de direção intermédia de 2.º ou 3.º grau fora da área do cargo a prover, ou mais de 2 anos de comprovada experiência profissional em cargo de direção intermédia de 2º ou 3º grau dentro da área do cargo a prover – 15 valores;
- vi. Até 2 anos de comprovada experiência profissional em cargo de direção superior fora da área do cargo a prover – 16 valores;
- vii. Mais de 2 e até 4 anos de comprovada experiência profissional em cargo de direção superior fora da área do cargo a prover – 17 valores;
- viii. Mais de 4 anos de comprovada experiência profissional em cargo de direção superior fora da área do cargo a prover – 18 valores;
- ix. Até 2 anos de comprovada experiência profissional em cargo de direção superior na área do cargo a prover – 19 valores;
- x. Mais de 2 anos de comprovada experiência profissional em cargo de direção superior na área do cargo a prover – 20 valores;

- A Entrevista Pública destina-se a avaliar, através de uma relação interpessoal, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o Júri e o (a) entrevistado(a), observando as exigências e responsabilidades do cargo a prover, bem como as suas atribuições, competências e perfil pretendido, sendo que a classificação a atribuir a cada candidato(a) no método de seleção resulta da média aritmética simples de todos os fatores de apreciação ora estabelecidos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EP = (A + B + C + D + E + F + G + H) / 8$$

Em que:

- A – Conhecimentos especializados e experiência;
- B – Liderança e gestão de pessoas;
- C – Visão estratégica;
- D – Planeamento e Organização;
- E – Decisão;

F – Orientação para a inovação e mudança;

G – Análise de informação e sentido crítico;

H – Otimização de recursos.

- Serão excluídos os candidatos que não comparecerem à entrevista pública.

- Aquando da realização da entrevista pública, é obrigatório a exibição do respetivo cartão de cidadão.

- A Entrevista Pública poderá ser alvo de gravação, mediante aceitação expressa do(a) candidato(a) e para efeitos exclusivos de elemento probatório do presente procedimento, e a sua conservação será realizada no âmbito da legislação aplicável.

- A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$CF = 40\% AC + 60\% EP$

Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal deliberou na sua sessão de 24 de abril de 2023, na sequência da proposta aprovada pela Câmara Municipal a 17 de abril de 2023, designar o Júri:

Presidente do Júri: Cátia Marisa Gonçalves Marques, Diretora de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Centro;

Vogais Efetivos:

1.º Vogal Efetivo: Gonçalo Nuno de Castro Oliveira Gomes, Chefe de Núcleo de

Apoio ao Investimento Turístico do Turismo Centro de Portugal;

2.º Vogal Efetivo: Maria Manuela Matos da Fonseca, Chefe de Divisão de Comunicação, Difusão e Promoção Cultural Direção Regional de Cultura do Centro;

Vogais Suplentes:

1.º Vogal Suplente: Ana Isabel Ventura Lopes Ferreira, Coordenadora da Licenciatura em Animação Sociocultural do Instituto Politécnico da Guarda;

2.º Vogal Suplente: Elisabete Batoco Constante De Brito, Coordenadora da Licenciatura em Educação Básica do Instituto Politécnico da Guarda.

Composição do Júri:

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Seia	1	Largo Dr. António Borges Pires	Seia	6270494 SEIA	Guarda	Seia

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: C - Os constantes no artigo 12º e n.º 3 do art.º 4º da Lei n.º49/2012, de 29 de agosto.

Requisitos de Nacionalidade: Não

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Aviso n.º 20495-B/2023, de 25 de outubro, publicado em Diário da República, n.º 207, 2.ª série

Apresentação de Candidaturas

Local: Através do email procedimentodirigentes2023@cm-seia.pt

Formalização da Candidatura: A formalização das candidaturas é efetuada em suporte eletrónico, através do preenchimento do formulário tipo, disponível em <https://cm-seia.pt/municipio/recursos-humanos/procedimentosconcurais/cargos-de-direcao/>, e remetidas por correio eletrónico até ao termo do prazo fixado para procedimentodirigentes2023@cm-seia.pt, com a indicação e prova do perfil e requisitos formais de provimento.

Não serão consideradas nem aceites as candidaturas que não identifiquem corretamente a referência do procedimento publicitado a que se candidata, assim como as candidaturas apresentadas em suporte de papel.

O formulário deverá ser acompanhado da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

1. Curriculum vitae detalhado, datado e assinado;
2. Certificado de habilitações literárias, ou documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito. Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro devem submeter, em simultâneo, sob pena de exclusão, documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável;
3. Comprovativo(s) da experiência profissional através de documento(s) oficial(is) da(s) respetiva(s) entidade(s), igual ou superior a 2 (dois) anos em funções, cargos ou carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura e, se for o caso, com a informação do tempo de serviço em cargos dirigentes;
4. Declaração comprovativa atualizada emitida pelo serviço em que o(a) candidato(a) se encontra a exercer funções públicas, com indicação da modalidade da relação jurídica de emprego público, da carreira e categoria em que se encontra inserido(a), posição remuneratória que detém à presente data, bem como da antiguidade na Administração Pública e, se for o caso, com a informação do tempo de serviço em cargos dirigentes;
5. Documentos comprovativos das ações de formação frequentadas e ministradas, emitidos pelas entidades formadoras, onde conste a data de realização e duração das mesmas, adequadas às funções a desenvolver.

Todos os documentos e/ou informações pertinentes para efeitos de avaliação só serão considerados se devidamente comprovados, através de documento oficial das respetivas entidades, entregues dentro do prazo de candidatura, por forma a contribuir em sede de mérito profissional, sendo a sua ausência um ónus para o(a) candidato(a).

É motivo de exclusão a ausência de titularidade de 2 (dois) anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, nos termos do artigo 10.º do Regulamento de Cargos de Direção Intermédia do Município de Seia, ou a ausência de submissão de documentação que permita aferir a reunião dos requisitos de recrutamento.

A prestação de falsas declarações, dados ou informação, implica a exclusão do(a) candidato(a).

Contacto: procedimentodirigentes2023@cm-seia.pt

Data de Publicação 2023-10-26

Data Limite: 2023-11-10

Observações Gerais: O procedimento concursal é urgente e de interesse público, pelo que não haverá lugar a audiência de interessados, nos termos do n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptado à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.